

Marx e a divisão social do trabalho, uma resposta atual

Daniel Rodrigues

Introdução

Este trabalho é parte de uma análise crítica no que tange à formação da força de trabalho, na atualidade. Trata-se do que denominamos do ‘fetiche das competências’. Para fundamentar tal tese, buscamos em alguns clássicos, como Smith, Durkheim e Marx, entender qual a contribuição que os mesmos apontam para a compreensão da presente realidade em um dos pilares da formação, a divisão social do trabalho. Pelo limite do espaço apresentaremos somente alguns elementos a partir de Karl Marx.

Na construção teórica desse modelo hegemônico para formação da força de trabalho, um dos pressupostos chave é a diminuição da importância do entendimento de uma sociedade dividida em classes. Os autores da ordem apontam a existência de um processo de diminuição da divisão social do trabalho fruto de dois grandes fatos motivadores: primeiro, o trabalho não é mais central na organização societária; segundo, o mesmo foi substituído pela compreensão de uma nova centralidade, a da sociedade do conhecimento ou da própria tecnologia que o encarna. Portanto, o que se deve construir enquanto categoria explicativa da realidade são os serviços, não mais o trabalho e sua divisão, e sim essa nova unidade existente na realidade, que expressa o modelo das competências.

Conseqüentemente, o modelo de formação por competências, apresenta-se como substituidor da divisão do trabalho (ZARIFIAN, 2001), por desenvolver integralmente o sujeito - o associado ou colaborador, não mais dito como trabalhador - que presta algum serviço que se incluiu harmonicamente no sistema de produção. Assim é posto, ou proposto, um novo perfil da força de trabalho que reconstrói uma ‘nova unidade’ no processo produtivo: *“a exigência de novas características das pessoas não como funcionários, mas como parceiros da empresa (CHIAVENATO, 2002, p.34).”*

Diante dessa nova compreensão sobre o processo do desaparecimento da divisão do trabalho, bem como das relações contraditórias entre as classes fundamentais do capitalismo, fomos resgatar em Marx os fundamentos dessa categoria em desprestígio e recolocá-la diante dessas novas teorias pós-modernas. No caso, o presente trabalho, além de retomar a questão da importância da divisão social do trabalho, atualmente, rechaça a idéia de que essa divisão está colocada somente no entendimento do campo do desenvolvimento das forças produtivas, enquanto um problema técnico. Defendemos que, a partir de Marx, o entendimento da divisão do trabalho está inserida na própria contradição do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção dominantes.

Marx e a amplitude da divisão social do trabalho

Mesmo partindo de Adam Smith e de outros economistas burgueses, Marx realiza uma crítica à limitação histórica e conseqüentemente teórica desses estudiosos. Marx vai contrapor-se apontando às relações contraditórias existentes entre as classes. Ele ressalta que esse ‘não embate’ é colocado pela própria apreensão da realidade da época, de uma luta de classes incipiente e do próprio ‘locus’ burguês em que se encontravam esses teóricos. Marx não só se localiza no século XIX, com a grande indústria, com um capitalismo a todo vapor, mas numa época de revoluções. Seu vigor teórico, demonstrado pela atualidade de sua análise, mantém-se firme em defesa da transformação revolucionária da sociedade burguesa, opondo-se à ideologia dominante. Defende a ciência sob a lógica materialista dialética, em que a história é movida pelos homens, pela luta entre as classes, e que não basta entendê-la: é necessário agir para sua transformação e abolição da dominação classista

existente. É dentro dessa lógica que Marx supera Smith e os outros teóricos burgueses.

O Dicionário do Pensamento Marxista de Bottomore, traz uma leitura sobre a divisão social do trabalho nos textos de Marx, colocada da seguinte maneira:

*Primeiro, há a divisão social do trabalho, entendida como o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente uma das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes que competem uns com os outros. Em segundo lugar, existe a divisão do trabalho entre os trabalhadores, cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo. **Esta é uma divisão do trabalho que se dá na produção, entre o capital e o trabalho em seu confronto dentro do processo de produção.** Embora esta divisão do trabalho na produção e a divisão de trabalho na troca estejam mutuamente relacionadas, suas origens e seu desenvolvimento são de todo diferentes (MOHUN, 1988, p.112 - grifo nosso).*

Como vemos, o autor analisa o enfoque da ênfase de Marx sobre a divisão social do trabalho em dois aspectos: um que está ligado diretamente ao processo de trabalho em si e suas decorrências e, outro, mais próximo do funcionamento das relações de produção, mas dentro do campo da circulação intercapitalista. Refere-se à localização do problema como uma diferença intercapitalista dos diferentes ramos, abordando muito sutilmente a contradição existente entre as classes antagônicas. Apresenta como locais que expressam a divisão do trabalho, a saber: a produção e o local de troca, numa mútua implicação, mas com desenvolvimentos distintos. Na verdade, anota o que Marx chamou a atenção fortemente: as exigências do processo produtivo em si. O termo citado é conceituado sobre o local da troca, o que, na verdade, é a relação própria produtiva realizada no processo de troca.

Para aprofundar esta questão, é bom esclarecer as duas formas pelas quais Marx apresenta a divisão do trabalho. A primeira, mais explícita e relevante, como uma divisão ‘específica’, dentro de uma totalidade, na ação do trabalho concreto, ou seja, como uma ação dividida, motivada por alguma necessidade sentida pelos sujeitos, para uma melhor realização do trabalho, ou, uma divisão do trabalho entre as distintas atividades laborais específicas, fruto do desenvolvimento das forças produtivas ou, ainda, de uma divisão natural do trabalho, visão desenvolvida pelos teóricos burgueses da época da qual Marx se apropria e a desenvolve-a. Uma segunda face, contida e bem menos desenvolvida em Marx, é a divisão social do trabalho como expressão histórica da divisão existente entre as classes sociais no processo produtivo e, conseqüentemente, na luta entre elas.

Para Marx, a especificidade da divisão do trabalho – que alguns autores chamaram de divisão técnica do trabalho -, chama a atenção ao trabalho concreto e sua ação produtora de valor-de-uso, o que representa só um lado da lógica marxista sobre o tema, como veremos:

“No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, - classificáveis por ordem gênero, espécie subespécie e variedade,- a divisão social do trabalho (MARX, 1989, p.49)”.

Marx tem como referência Smith e outros economistas da época, como Storch e Starbek, no olhar da divisão social do trabalho, observando, então, basicamente por dentro do processo de trabalho.

“Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada (MARX, 1989, p.402)”.

Nesse processo de mediação, Marx também vai apontar, partindo de uma divisão do trabalho na sociedade e outra da fábrica com uma interferência mútua. No âmbito da economia e em outros aspectos da vida social, apresenta, mesmo que sutilmente, a expressão da relação classista, no que tange a compra e venda das mercadorias, da propriedade dos meios de produção e da força de trabalho.

“A divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho, a conexão dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si (MARX, 1989, p.407 - Grifo nosso).”

O processo de divisão vai sofrendo modificações. São processos de especializações na produção, crescentes com a grande indústria²⁰, fruto dos processos reais, de inúmeros processos produtivos desenvolvidos pela necessidade de aumentar a produção em seu alcance no mercado, subdividindo o trabalho, determinando-o e tornando-o exclusivo, como já apontava Smith. *“Em virtude de experiências, cada operação foi sendo cada vez mais subdividida e cada nova subdivisão isolada e transformada em função exclusiva de um trabalhador determinado (MARX, 1989, p.388).”*

Para Marx, é uma divisão concreta que irá servir de ponte para chegarmos às relações sociais produtivas, que envolve, além das diferenças técnicas do trabalho, outro tipo de mediação: as próprias relações sociais. Estas se realizam através da apropriação do trabalho alheio, da propriedade privada dos meios de produção, relações que expressam a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. A divisão do trabalho também apresenta as relações sociais entre os próprios capitalistas que dominam e necessitam trocar suas mercadorias, realizar o movimento de comprar e vender.

Marx não aprofunda, mas aponta a mútua interferência das divisões sociais na produção e a influência da produção na formação societária. Assim, podemos entender melhor porque Marx não se limita ao entendimento de Adam Smith, em que a divisão do trabalho é a explicitação da produção moderna, como se fora somente um quesito técnico. A divisão do trabalho, para SMITH (1985, p.41), é explicitada apenas enquanto ‘forças produtivas’ no processo produtivo: *“O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho.”*

As classes sociais, em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, vão fundamentar a compreensão da divisão social do trabalho, a sua explicitação e inclusive a sua não explicitação. Afinal, o que é velado através do conceito de divisão social do trabalho? A apropriação privada dos meios de produção e o necessário assalariamento do trabalho no processo de reprodução da sociedade capitalista. Esse lado, o das relações produtivas da sociedade, é menos desenvolvido teoricamente, pois se encontram ‘esquecidas’ ou impossibilitadas diante do compromisso com a sociedade burguesa, por parte dos economistas burgueses. De outro, por parte dos críticos, estão limitados à separação mecânica entre ‘forças produtivas’ e ‘relações sociais de produção’. O problema ocorre quando, primeiro, não são diferenciadas as distintas implicações da divisão social do trabalho; segundo, quando a divisão é vista somente como um problema técnico da produção. No caso, não expressa a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Marx aponta a superação dessa visão quando apresenta concretamente o processo da divisão social do trabalho, subordinando-as às relações classistas existentes.

Como consequência do não enfrentamento às diferenças apontadas acima, o entendimento da divisão do trabalho passa a ser tecnocrático ou idealista. A divisão é simplesmente uma questão de bom funcionamento da máquina social produtiva, como Adam Smith apontava. É nesta direção que queremos ponderar: a ampliação do entendimento dominante da divisão do trabalho, como um dos

pontos de partida na discussão da formação da força de trabalho, inserida nas relações produtivas históricas. Em relação ao modelo de competências, queremos reforçar a existência da divisão e sua expressão não só como um problema de habilidade a ser enfrentado, e sim, de uma inserção nos ditames das relações sociais dominantes.

Quando Marx aborda a divisão social na manufatura é descrita a historicidade dessa divisão também no terreno técnico, na divisão de ofícios, nas atividades, no processo de divisão do trabalho. Como já dissemos, é importante entender essas especificidades, e, portanto, separar os entendimentos que expressam a divisão do trabalho, sem ossificá-las, bem como entender os elementos que permanecem vivos no fazer humano.

Seguimos para uma outra referência dessa dinâmica de modificação e permanência do fazer social. Em diversos momentos, Marx escreve sobre a divisão natural do trabalho e mostra o exemplo da divisão de trabalho por sexo. Num patamar superior, aborda as divisões construídas historicamente, que respondem às exigências dos diversos modos de produção desenvolvidos na história da humanidade. As diferenciações necessárias, existentes na divisão do trabalho, consistem numa totalidade em movimento. Por exemplo, a divisão sexual, apontada por Marx como uma divisão natural, é profundamente modificada no capitalismo. Hoje, o próprio desenvolvimento das forças produtivas vem apontando para modificações substantivas dessas diferenças. Considerada, antes, como uma questão técnica, natural, a divisão entre homens e mulheres passa a ser vista como diferenças construídas em um dado momento histórico, pela própria dinâmica das relações sociais com o desenvolvimento das forças produtivas. A própria possibilidade das mulheres substituírem homens no processo produtivo exemplifica, enquanto resultante, uma mudança da categorização da divisão do trabalho na história. De categoria natural, anteriormente, transforma-se numa categoria histórica. Essa dupla constituição da divisão do trabalho, como uma divisão natural, por causas naturais, ser criança ou ser adulto, está também relacionada à divisão histórica de trabalho. Neste sentido, as relações produtivas sociais recriam essa divisão.

As divisões naturais também estão relacionadas à possibilidade do desenvolvimento histórico das forças produtivas, como é o caso das mulheres. O desenvolvimento tecnológico possibilitou a participação delas no processo exploratório, especificamente no capitalismo, redefinido a questão da mulher como uma questão histórica e não mais como uma questão natural atrelada à divisão natural sexual do trabalho. O que era considerado natural transformou-se em histórico, conforme explicitado no volume II dos Grundrisse: *“Pero que sólo son leyes naturales del hombre en determinado desarrollo histórico, con un determinado desarrollo de las fuerzas productivas, condicionado por su propio proceso histórico (MARX, 1989, p.113)”*.

Como fruto do entendimento da divisão do trabalho, naquilo que ela propicia no processo produtivo e organizativo da sociedade, deve-se atentar para a necessidade da troca na base do processo da divisão do trabalho.

“Cambio y división del trabajo se condicionan recíprocamente. Cuando cada [[individuo]] trabaja para sí y su producto no representa nada para sus propios fines, deber naturalmente realizar intercambios, no sólo para participar en lo patrimonio productivo general, sino también para transformar el propio producto en un medio de vida para sí mismo (Marx, 1989a, p.85 - grifo nosso)”.

Se limitarmos o entendimento da divisão do trabalho em si, desvinculado da necessidade do capital em produzir e realizar o valor, não conseguiremos entender a amplitude da divisão do trabalho. Além do mais, a obscuridade em não separar as duas expressões da divisão do trabalho atrapalha a compreensão do sentido fundamental da produção de valor e, conseqüentemente, da formação da força de trabalho. Por outro lado, não poderemos entender a divisão do trabalho e suas conseqüências suprimindo a produção de valor-de-uso. É impossível a existência da força de trabalho sem a efetivação de algum valor de uso naquilo que é produzido enquanto mercadoria, tanto nos produtos dos seres humanos, quanto na própria força de trabalho. Desse modo, o processo produtivo vai beber

dos mecanismos de produção de valores de troca, passando objetivamente pela resposta às necessidades, tendo, portanto, um valor-de-uso. A produção de valor é algo inseparável da sua possibilidade de ser útil e de ser trocada e no capitalismo atinge o máximo da polarização da produção. No caso, se nos primeiros processos da humanidade o centro da produção era sua utilidade e a troca era incipiente, no seu desenvolvimento, a troca é o mecanismo para se atingir o sentido último dos produtos, especialmente, no capitalismo. A troca tem a centralidade para realização da mais-valia produzida. Tal é sua força, que muitos economistas chegam a colocá-la, equivocadamente, como o centro produtor do novo valor. Como sempre, no processo de troca é impossível prescindir da sua utilidade, mesmo que seja uma “utilidade supérflua”, - a qual, em primeira vista, seria um contra-senso. Entretanto, o sentido de útil não exprime necessariamente um padrão moral e, sim, da relação de interesses respondidos. Portanto, todas as mercadorias apresentam essa dupla face.

Retomando a idéia da divisão do trabalho, quando a entendemos somente como um elemento técnico da produção, tenderemos a pensá-la somente como uma força produtiva, desligada de seu outro lado, básico para a realização da troca, colocada nas relações sociais de produção. Portanto, quando apanhamos os lados que expressam a divisão do trabalho, necessitamos perceber esses lados produzidos e produtores destes valores.

O limite é reduzirmos a composição da divisão do trabalho e, como conseqüência, na composição da força de trabalho e na forma de apresentar o trabalho, somente como a capacidade técnica de produzir algo concreto. Entenda-se o concreto como algo específico de uma atividade determinada, deixando assim impossibilitada a apreensão do trabalho abstrato que compõe a totalidade do trabalho para produção de mercadorias, que é justamente a possibilidade de mensuração e, conseqüentemente, da realização das trocas. É uma ação indeterminada, medida pelo tempo gasto socialmente necessário na produção de uma mercadoria, que constitui o trabalho abstrato.

O debate das competências deve ser enriquecido pela recuperação da categoria da divisão do trabalho. No caso, quando lermos a formação da força de trabalho por competências, devemos sempre entendê-la dentro da lógica da divisão do trabalho e de sua característica em sua totalidade. Impossível tratá-la fora desse fundamento básico. Além disso, entender esse parâmetro não é analisar as competências fora do conteúdo das relações sociais existentes, a necessidade de elas expressarem um valor concreto, de uso, mas também de serem valoradas através da troca, ou seja, no mercado. Assim, poderemos ter elementos para sair da armadilha fetichista da idéia e da prática de competência que se autodefine como superadora da divisão do trabalho.

Bibliografia

CHIAVENATO, I. **Carreira e Competência**: Gerenciando o seu maior capital. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol I. 13a edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858. Vol II. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1989^a.

MOHUN, S. Divisão do Trabalho In: BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ZARIFIAN P. **Objetivo Competência**, por uma nova lógica. São Paulo: Editora Atlas, 2001.